

Vantagem também em URV

A Medida Provisória 434, que determina a conversão dos salários em URV, deixou de fora os parlamentares. Seus subsídios foram calculados pela média do dia 5 e as representações pela do dia 20, seguindo o mesmo princípio que a MP prevê para os salários dos trabalhadores da iniciativa privada. O argumento usado é o de que eles não são funcionários públicos e o dinheiro que recebem não tem as designações de vencimentos, soldos ou salários. São chamados de subsídio e representação.

Com isso, deputados e senadores tiveram um ganho, em relação aos funcionários públicos, cujos salários devem ser convertidos pela média do dia 30, de cerca de 250 URVs. Os contracheques recebidos pelos deputados na quinta-feira trazem o total bruto de 4.952 URVs, sendo 2.713,25 URVs de subsídios e 2.239,10 URVs de representação. A Câmara, que paga nos dias 10 e 20 seus deputados, optou em converter os valores pelo dia 5 para não

criar distorção com o pagamento dos senadores, que recebem dia 5, explicou o diretor-geral da Casa, Ademar Sabino.

A sessão de ontem do Congresso, marcada para votar a MP 434 (o que não ocorreu por falta de quorum), acabou se transformando em duas horas de reflexão sobre o Parlamento. O deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) condenou a intransigência do presidente Itamar Franco em não aceitar negociações, e ironizou: "Interlocutor aqui vai ter que usar crachá, porque passamos a semana negociando com enviados do Palácio e o Presidente não aceita as propostas de conciliação". Miro reclamou de seus pares, afirmando que "alguns não se dão ao respeito ao assumirem posturas apenas por proselitismo", referindo-se à não deliberação sobre a MP. À tarde se repetiu uma prática das sextas-feiras no Congresso. Os parlamentares registram presença e vão embora em seguida.